

Eduardo Aragão

TRT 10ª REGIÃO/DF

EDITAL VERTICALIZADO
CONHECIMENTOS GERAIS

2024

TRT 10/DF



@eduardo._aragao

www.eduardoaragao.com

Sumário

1	Conhecimentos Básicos	3
1.1	Língua Portuguesa	3
1.2	Noções Gerais de Direitos.....	3
1.3	Noções de Direito Constitucional	3
1.4	Noções de Direito Administrativo	4
1.5	Noções de Direitos Humanos	5
1.6	Noções de Governança Pública	5
1.7	Direito Constitucional.....	6
1.8	Direito Administrativo	7
1.9	Raciocínio Lógico e Matemático.....	8
1.10	Atualidades	9



TESES TRABALHISTAS

Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST + Jurisprudência do STF e do STJ em Matéria Trabalhista

Autor: Eduardo Aragão

Páginas: 150/180 **Disciplina:** Direito Jurisprudencial **Edição:** 11ª **Ano:** 2024

Fechamento: 10.12.2024 **Atualização:** Informativo 1161 (STF) e 836 (STJ)



[Amostra - 1 Coluna](#)



[Amostra - 2 Colunas](#)



[Sumário](#)

Entrega imediata

de: R\$ 70,00

por: R\$ 50,00

Em até 12x no cartão

COMPRE AGORA

Cartão, PIX ou Boleto

Súmulas e OJs do TST + Jurisprudência Trabalhista do STF e STJ

Atualizadas mensalmente (acesso por 06 meses)

Confira a amostra em www.eduardoaragao.com/tesestrabalhistas

1 Conhecimentos Básicos

1.1 Língua Portuguesa

Língua Portuguesa			
Conteúdo Programático		Visto	Visto
01	1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.		
02	2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.		
03	3 Domínio da ortografia oficial.		
04	4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referenciação, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. 4.2 Emprego de tempos e modos verbais.		
05	5 Domínio da estrutura morfossintática do período. 5.1 Emprego das classes de palavras. 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. 5.4 Emprego dos sinais de pontuação. 5.5 Concordância verbal e nominal. 5.6 Regência verbal e nominal. 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase. 5.8 Colocação dos pronomes átonos.		
06	6 Reescrita de frases e parágrafos do texto. 6.1 Significação das palavras. 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.		
07	7 Redação Oficial (conforme o Manual de Redação Oficial da Presidência da República): uso da norma culta da linguagem, clareza e precisão, objetividade, concisão, coesão e coerência, impessoalidade, formalidade e padronização.		
08	8 Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples (disponível em https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/11/pacto-nacional-do-judiciario-pela-linguagem-simples.pdf).		

1.2 Noções Gerais de Direitos

Noções Gerais de Direitos			
Conteúdo Programático		Visto	Visto
01	1 Direito. 1.1 conceito.		
02	2 Direito e moral.		
03	3 Fontes de Direito.		
04	4 Fundamentos do Direito.		
05	5 Normas jurídicas. 5.1 Definição, funções e natureza da norma jurídica.		
06	6 Interpretação e integração da norma jurídica.		
07	7 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.		

1.3 Noções de Direito Constitucional

Exceto para o CARGO 12: Analista Judiciário – Área: Judiciária e para o CARGO 13: Analista Judiciário – Área: Judiciária – Especialidade: Oficial de Justiça Avaliador

Noções de Direito Constitucional			
Conteúdo Programático		Visto	Visto

01	1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Conceito, classificações, princípios fundamentais, emendas constitucionais. 1.2 Aplicabilidade das normas constitucionais. 1.3 Normas de eficácia plena, contida e limitada. 1.4 Normas programáticas.		
02	2 Direitos e garantias fundamentais. 2.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos.		
03	3 Organização político-administrativa. 3.1 União, Estados, Distrito Federal e municípios.		
04	4 Administração pública. 4.1 Disposições gerais, servidores públicos.		
05	5 Poder Legislativo. 5.1 Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Senado Federal, deputados e senadores. 5.2 Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária.		
06	6 Poder Executivo. 6.1 Atribuições do presidente da República e dos ministros de Estado. 6.2 Responsabilidade do Presidente da República.		
07	7 Poder Judiciário. 7.1 Disposições gerais. 7.2 Órgãos do Poder Judiciário. 7.2.1 Competências. 7.3 Conselho Nacional de Justiça (CNJ). 7.3.1 Composição e competência. 7.4 Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). 7.4.1 Composição e competência.		
08	8 Funções essenciais à Justiça. 8.1 Ministério Público, advocacia e defensoria públicas.		
09	9 Finanças públicas. 9.1 Normas gerais. 9.2 Orçamentos.		
10	10 Ordem social. 10.1 Disposições Gerais. 10.2 Previdência Social.		

1.4 Noções de Direito Administrativo

Noções de Direito Administrativo			
Conteúdo Programático		Visto	Visto
01	1 Noções de organização administrativa. 1.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. 1.2 Administração direta e indireta. 1.3 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.		
02	2 Ato administrativo. 2.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 2.2 Invalidação, extinção, anulação e revogação. 2.3 Prescrição.		
03	3 Poderes administrativos. 3.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 3.2 Uso e abuso do poder.		
04	4 Agentes públicos. 4.1 Legislação pertinente. 4.1.1 Lei nº 8.112/1990. 4.1.2 Lei nº 11.416/2006 (Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União). 4.2 Disposições constitucionais aplicáveis. 4.3 Disposições doutrinárias e jurisprudenciais.		
05	5 Licitações e contratos administrativos. 5.1 Legislação pertinente. 5.1.1 Lei nº 14.133/2021. 5.2 Disposições constitucionais aplicáveis. 5.3 Disposições doutrinárias e jurisprudenciais.		
06	6 Processo administrativo federal. 6.1 Legislação pertinente. 6.1.1 Lei nº 9.784/1999. 6.1.2 Disposições constitucionais aplicáveis. 6.2 Disposições doutrinárias e jurisprudenciais.		
07	7 Improbidade administrativa. 7.1 Legislação pertinente. 7.1.1 Lei nº 8.429/1992. 7.1.2 Disposições constitucionais aplicáveis. 7.2 Disposições doutrinárias e jurisprudenciais.		

08	8 Controle da administração pública. 8.1 Controle exercido pela administração pública. 8.2 Controle judicial. 8.3 Controle legislativo.		
09	9 Responsabilidade civil do Estado. 9.1 Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. 9.1.1 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 9.1.2 Responsabilidade por omissão do Estado. 9.2 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 9.3 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.		
10	10 Acesso à informação e proteção de dados. 10.1 Legislação pertinente. 10.1.1 Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). 10.1.2 Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).		
11	11 Decreto nº 9.830/2019.		

1.5 Noções de Direitos Humanos

Noções de Direitos Humanos			
Conteúdo Programático		Visto	Visto
01	1 Teoria geral dos Direitos Humanos. 1.1 Evolução histórica, conceito, classificações e características dos direitos humanos. 1.2 Direitos humanos e direitos fundamentais. 1.3 Gerações ou dimensões dos direitos fundamentais.		
02	2 Fontes dos Direitos Humanos. 2.1 Instrumentos Internacionais de Direitos Humanos. 2.2 Declaração Universal dos Direitos Humanos. 2.3 Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) e Decreto nº 678/1992. 2.4 Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial e Decreto nº 65.810/1969. 2.5 Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher e protocolo facultativo, Decreto nº 4.377/2002 e Decreto nº 4.316/2002. 2.6 Convenção sobre os direitos da criança e seus protocolos facultativos. 2.7 Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e seu protocolo facultativo e Decreto nº 6.949/2009. 2.8 Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da pessoa com deficiência).		
03	3 Direitos humanos e ordenamento jurídico brasileiro. 3.1 Direitos humanos e Constituição Federal de 1988. 3.2 Natureza jurídica dos tratados internacionais de direitos humanos. 3.3 Incorporação dos tratados internacionais no direito brasileiro. 3.4 Controle de constitucionalidade e controle de convencionalidade.		
04	4 Resolução nº 492/2023 do Conselho Nacional de Justiça.		
05	5 Resolução nº 368/2023 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).		

1.6 Noções de Governança Pública

Noções de Governança Pública			
Conteúdo Programático		Visto	Visto
01	1 Teorias da administração.		
02	2 Características básicas das organizações formais modernas: tipos de estrutura organizacional, natureza e finalidades.		
03	3 Cultura organizacional.		

04	4 Governança e gestão pública.		
05	5 Planejamento estratégico: 5.1 Conceitos, métodos e técnicas.		
06	6 Processo organizacional: planejamento, direção, comunicação, controle e avaliação.		
07	7 Gestão de resultados na produção de serviços públicos.		
08	8 Gestão por processos: 8.1 Ferramentas clássicas para o gerenciamento de processos.		
09	9 Gestão de projetos. 9.1 Noções de elaboração, análise, avaliação e gerenciamento de projetos.		
10	10 Excelência nos serviços públicos.		
11	11 Sustentabilidade pública.		
12	12 Acessibilidade.		
13	13 Inovação na gestão pública. 13.1 Design Thinking. 13.2 Inteligência Artificial.		
14	14 Comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais.		
15	15 Transparência, integridade e ética na administração pública.		
16	16 Gestão estratégica do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 325/2020).		

1.7 Direito Constitucional

Apenas para o CARGO 12: Analista Judiciário – Área: Judiciária e para o CARGO 13: Analista Judiciário – Área: Judiciária – Especialidade: Oficial De Justiça Avaliador.

Direito Constitucional			
Conteúdo Programático		Visto	Visto
01	1 Constituição. 1.1 Conceito, objeto, elementos e classificações. 1.2 Supremacia da Constituição. 1.3 Aplicabilidade das normas constitucionais. 1.4 Interpretação das normas constitucionais. 1.4.1 Métodos, princípios e limites.		
02	2 Poder constituinte. 2.1 Características. 2.2 Poder constituinte originário. 2.3 Poder constituinte derivado.		
03	3 Princípios fundamentais.		
04	4 Direitos e garantias fundamentais. 4.1 Direitos e deveres individuais e coletivos. 4.2 Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data. 4.3 Direitos sociais. 4.4 Nacionalidade. 4.5 Direitos políticos. 4.6 Partidos políticos.		
05	5 Organização do Estado. 5.1 Organização político-administrativa. 5.2 Estado federal brasileiro. 5.3 A União. 5.4 Estados federados. 5.5 Municípios. 5.6 O Distrito Federal. 5.7 Territórios 5.8 Intervenção federal. 5.9 Intervenção dos estados nos municípios.		
06	6 Administração pública. 6.1 Disposições gerais. 6.2 Servidores públicos. 6.3 Militares dos estados, do Distrito Federal e dos territórios.		
07	7 Organização dos poderes no Estado. 7.1 Mecanismos de freios e contrapesos. 7.2 Poder legislativo. 7.2.1 Estrutura, funcionamento e atribuições. 7.2.2 Comissões parlamentares de inquérito. 7.2.3 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 7.2.4 Tribunal de Contas da União (TCU). 7.2.5 Processo legislativo. 7.2.6 Prerrogativas parlamentares. 7.3 Poder executivo. 7.3.1 Presidente da República. 7.3.1.1 Atribuições, prerrogativas e responsabilidades. 7.3.2 Ministros de Estado. 7.3.3 Conselho da República e de Defesa Nacional. 7.4 Poder judiciário. 7.4.1 Disposições gerais. 7.4.2 Órgãos do		

	poder judiciário. 7.4.2.1 Organização e competências. 7.4.3 Conselho Nacional de Justiça (CNJ). 7.4.4 Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).		
08	8 Funções essenciais à justiça. 8.1 Ministério Público. 8.1.1 Princípios, garantias, vedações, organização e competências. 8.1.2. Conselho Nacional do Ministério Público. 8.2 Advocacia Pública. 8.3 Advocacia e Defensoria Pública.		
09	9 Controle da constitucionalidade. 9.1 Sistemas gerais e sistema brasileiro. 9.2 Controle incidental ou concreto. 9.3 Controle abstrato de constitucionalidade. 9.4 Exame in abstractu da constitucionalidade de proposições legislativas. 9.5 Ação declaratória de constitucionalidade. 9.6 Ação direta de inconstitucionalidade. 9.7 Arguição de descumprimento de preceito fundamental. 9.8 Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. 9.9 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva. 9.10 Controle concreto e abstrato de constitucionalidade do direito municipal.		
10	10 Defesa do Estado e das instituições democráticas.		
11	11 Sistema Tributário Nacional. 11.1 Princípios gerais. 11.2 Limitações do poder de tributar. 11.3 Impostos da União, dos Estados e dos municípios. 11.4 Repartição das receitas tributárias.		
12	12 Finanças públicas. 12.1 Normas gerais. 12.2 Orçamentos.		
13	13 Ordem social. 13.1 Disposições Gerais. 13.2 Previdência Social.		
14	14 Disciplina constitucional dos precatórios.		

1.8 Direito Administrativo

Apenas para o CARGO 12: Analista Judiciário – Área: Judiciária e para o CARGO 13: Analista Judiciário – Área: Judiciária – Especialidade: Oficial De Justiça Avaliador.

Direito Administrativo			
Conteúdo Programático		Visto	Visto
01	1 Introdução ao direito administrativo. 1.1 Origem, natureza jurídica e objeto do direito administrativo. 1.2 Os diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo. 1.3 Fontes do direito administrativo.		
02	2 Regime jurídico-administrativo. 2.1 Conceito. 2.2 Supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade, pela administração, dos interesses públicos. 2.3 Princípios expressos e implícitos da administração pública.		
03	3 Organização administrativa. 3.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. 3.2 Administração direta. 3.2.1 Conceito. 3.2.2 Órgão público. 3.2.2.1 Conceito. 3.2.2.2 Teorias sobre as relações do Estado com os agentes públicos. 3.2.2.3 Características e classificação. 3.3 Administração indireta. 3.3.1 Conceito. 3.3.2 Autarquias. 3.3.3 Agências reguladoras. 3.3.4 Agências executivas. 3.3.5 Fundações públicas. 3.3.6 Empresas públicas. 3.3.7 Sociedades de economia mista. 3.3.8 Consórcios públicos. 3.4 Entidades paraestatais e terceiro setor. 3.4.1 Serviços sociais autônomos. 3.4.2 Entidades de apoio. 3.4.3 Organizações sociais. 3.4.4 Organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).		
04	4 Atos administrativos. 4.1 Conceito. 4.2 Fatos da administração, atos da administração e atos administrativos. 4.3 Requisitos ou elementos. 4.4 Atributos. 4.5 Classificação. 4.6 Atos administrativos em espécie. 4.7 Extinção dos atos administrativos. 4.7.1 Revogação, anulação e cassação. 4.8		

	Convalidação. 4.9 Vinculação e discricionariedade. 4.10 Atos administrativos nulos, anuláveis e inexistentes. 4.11 Decadência administrativa.		
05	5 Processo administrativo. 5.1 Legislação pertinente. 5.1.1 Lei nº 9.784/1999. 5.2 Disposições constitucionais aplicáveis. 5.3 Disposições doutrinárias e jurisprudenciais.		
06	6 Poderes e deveres da administração pública. 6.1 Poder regulamentar. 6.2 Poder hierárquico. 6.3 Poder disciplinar. 6.4 Poder de polícia. 6.5 Dever de agir. 6.6 Dever de eficiência. 6.7 Dever de probidade. 6.8 Dever de prestação de contas. 6.9 Abuso do poder.		
07	7 Controle da administração pública. 7.1 Conceito. 7.2 Classificação das formas de controle. 7.2.1 Conforme a origem. 7.2.2 Conforme o momento a ser exercido. 7.2.3 Conforme a amplitude. 7.3 Controle exercido pela administração pública. 7.4 Controle legislativo. 7.5 Controle judicial.		
08	8 Improbidade administrativa. 8.1 Legislação pertinente. 8.1.1 Lei nº 8.429/1992. 8.2 Disposições constitucionais aplicáveis. 8.3 Disposições doutrinárias e jurisprudenciais.		
09	9 Agentes públicos. 9.1 Legislação pertinente. 9.1.1 Lei nº 8.112/1990. 9.1.2 Lei nº 11.416/2006 (Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União). 9.2 Disposições constitucionais aplicáveis. 9.3 Disposições doutrinárias e jurisprudenciais.		
10	10 Licitações. 10.1 Legislação pertinente. 10.1.1 Lei nº 14.133/2021. 10.1.2 Decreto nº 11.462/2023. 10.2 Fundamentos constitucionais. 10.3 Disposições doutrinárias e jurisprudenciais. 10.4 Conceito. 10.5 Objeto e finalidade. 10.6 Destinatários. 10.7 Princípios. 10.8 Contratação direta. 10.8.1 Dispensa e inexigibilidade. 10.9 Modalidades. 10.10 Tipos. 10.11 Procedimento. 10.12 Anulação e revogação. 10.13 Sanções administrativas.		
11	11 Contratos administrativos. 11.1 Legislação pertinente. 11.1.1 Lei nº 14.133/2021. 11.1.2 Lei nº 11.107/2005 e Decreto nº 6.017/2007 (consórcios públicos). 11.2 Disposições doutrinárias e jurisprudenciais. 11.3 Conceito. 11.4 Características. 11.5 Vigência. 11.6 Alterações contratuais. 11.7 Execução, inexecução e rescisão. 11.8 Convênios e instrumentos congêneres.		
12	12 Acesso à Informação. 12.1 Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). 12.2 Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).		
13	13 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público. 13.1 Decreto nº 9.830/2019.		

1.9 Raciocínio Lógico e Matemático

Apenas para o CARGO 11: Analista Judiciário - Área: Apoio Especializado - Especialidade: Tecnologia da Informação.

Raciocínio Lógico e Matemático					
Conteúdo Programático			Visto	Visto	
01	1 Razões e proporções. 1.1 Divisão proporcional. 1.2 Regras de três simples e compostas. 1.3 Porcentagens.				
02	2 Princípios de contagem.				
03	3 Progressões aritméticas e geométricas.				

04	4 Estruturas lógicas e noções básicas de lógica: conectivos, tautologia, contradições, contingência, implicações, equivalências, quantificadores, afirmações e negações.		
05	5 Lógica de argumentação e análise crítica de informações: analogias, inferências, deduções, conclusões e silogismos.		
06	6 Lógica sentencial (ou proposicional). 6.1 Proposições simples e compostas. 6.2 Tabelas-verdade. 6.3 Equivalências. 6.4 Leis de De Morgan. 6.5 Diagramas lógicos.		
07	7 Lógica de primeira ordem.		
08	8 Princípios de contagem e probabilidade.		
09	9 Operações com conjuntos.		
10	10 Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.		
11	11 Noções de estatística. 11.1 População e amostra. 11.2 Histogramas e curvas de frequência. 11.3 Medidas de posição: média, moda e mediana.		

1.10 Atualidades

Apenas para a Prova Discursiva dos cargos de Técnico Judiciário.

Atualidades				
Conteúdo Programático			Visto	Visto
01	Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia.			